



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Educação em Alerta

Jornal Sintep-MT - Edição - Abril de 2018



Redes Municipais

Só o **enfrentamento** e a **resistência** garantem conquistas

Conheça a
Farsa do MT
Saúde

pág 6

BNCC
Privatização
do Currículo e
Formação

pág 7

Escola Militar
Saiba o que
está por traz

pág 7

Sintep/MT
inicia eleições
para gestão
2018-2021

pág 8

Companheiros e Companheiras



Entramos em ano eleitoral. 2018 marca as eleições gerais do Sintep-MT para o próximo triênio 2018- 2021 mas, principalmente, as eleições brasileiras. As escolhas para governo e parlamento, tanto no Congresso Nacional como na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, definirão que país teremos. Nos últimos anos pudemos conferir o que significam ter consciência do voto e as consequência dessas escolhas. Ao escolhermos mal nossas representações, condenamos todo um povo a pagar por isso.

A sociedade mato-grossense escolheu para representá-la um conjunto de parlamentares que demonstraram descompromisso com a população, quando aprovaram a Lei do Teto de Gastos, conhecida como PEC do Fim do Mundo, que congela investimentos sociais para os próximos 20 anos. E no estado a aprovação de uma medida semelhante, condenará a restrição de recursos pelos próximos cinco anos.

Os parlamentares que ai estão, foram capazes de fazer o trabalhador perder a referência que tem dos seus direitos trabalhistas, quando

aprovaram a Reforma Trabalhista, assim como fizeram com a Lei da Terceirização sem limites. Seguiram aprovando medidas que diminuíram a responsabilidade social do Estado com a população. Conquistas continuam ameaçadas com a tentativa de votarem a Reforma da Previdência que subtrai direitos dos trabalhadores. Uma medida que tem como lógica fazer com que todo mundo trabalhe um pouquinho mais, para ganhar um pouco menos. A única preocupação é favorecer os grandes empresários e manter esse país como curral dos rentistas e banqueiros, que já levam do país 44% do montante arrecadado, do Produto Interno Bruto (PIB).

Devido a tudo isso, reafirmamos que o voto não tem preço tem consequências. Estamos vivenciando os prejuízos com o fatiamento da recomposição salarial, feita no governo Taques e aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Ou ainda, diante dos enfrentamento para assegurar a carreira e o piso profissional, nas redes municipais. Perdas que se estendem com as reformulações do currículo impostas pela BNCC, numa Reforma de Ensino Médio desastrosa para a educação ou quando o governo estadual banaliza a violência pública e acredita que a solução é militarizar escolas.

Diante desses desafios temos de reforçar a nossa mobilização em defesa dos direitos sociais, em especial da educação pública gratuita e de qualidade social em todos os níveis. Espaço importante para unificar essas pautas será a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), no mês de maio, em Belo Horizonte. É importante lembrar que as decisões tomadas pela Conferência terão que passar pelo projeto político vitorioso nas urnas. Daí a relevância de elegermos pessoas comprometidas com a nossa luta.

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT

Lenha na Fogueira

Dança das Cadeiras

Assume a cadeira da educação estadual este mês a servidora Marioneide Kliemaschewsk, que ocupava o cargo de secretária-adjunta de Gestão Educacional na Seduc/MT. O projetos de educação do governo Taques se mantém nos quatro anos na dança das cadeiras, depois da saída de Perminio Pinto (por uso indevido dos recursos públicos), agora e a vez de Marco Marrafon, que sai para tentar permanecer dentro, disputando uma vaga no Legislativo.

Concurso

Em plena campanha eleitoral o governador Pedro Taques não cumpre nem mesmo o que está na Legislação. Prova disso é a barreira de 50% do número de vagas para o cadastro de reserva do concurso estadual, que se baseia no decreto 5.356/2002, que foi revogado pelo decreto 2.717/2010 evocado na correção do Edital nº 1

De olho na Previdência

A reforma da Previdência foi retirada da pauta do Congresso Nacional. Uma boa notícia? Sim, mas que deve ser avaliada com cautela. Mesmo sem aprovação imediata da reforma, é necessário manter a mobilização, pois passadas as eleições, os parlamentares podem votar o projeto que acaba com a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Violência

Quando faltam políticas públicas e investimentos para a Educação, os resultados são cada vez piores para as escolas públicas. Uma ação recente de supostos contraventores, ligados a organizações criminosas, em uma escola em Cuiabá é mais uma amostra de que a escola não é um espaço isolado da sociedade e sim, que reflete o que ocorre fora dos muros. Quando não se investe em políticas sociais e em educação, resultados como estes podem ser vistos, pelo mundo inteiro, inclusive pelo alcance das redes sociais.

Alerta!

“Com a campanha ‘Se votar, não volta’, os parlamentares recuaram na votação da reforma da Previdência. Porém, após o período eleitoral, podem votar a qualquer momento, prejudicando a classe trabalhadora. O Sintep/MT alerta para que a sociedade se mobilize impeça o retrocesso dizendo Não a reforma da Previdência.

MAIO É O MÊS DA NOSSA DATA BASE



A recomposição anual do piso salarial dos/as trabalhadores/as da educação da rede estadual, que ocorre todo o mês de maio, está garantida!!!!???. Isso é o que todos os trabalhadores e as trabalhadoras gostariam de ter certeza.

O desmonte feito desde 2015, na aplicação da Lei Estadual de nº 510/2013, tem fatiado o piso salarial, promovendo perdas mensais no poder de compra dos trabalhadores/as. A aplicação integral da recomposição salarial (RGA ou índice de inflação) mais o reajuste de percentuais fixos já definidos (2018 será de 7,69%) nos prazos determinados, ou seja, na data base, é o que assegura a categoria ganhos consolidados após a histórica greve de 67 dias, em 2013. Assegurar a conquista real da Lei da dobra do poder de compra exige o enfrentamento permanente da categoria.

A Lei que determina o cumprimento da Revisão Geral Anual (RGA), assegurado na luta coletiva e unificada dos/as servidores/as públicos/as, não garante que o governo cumpra a legislação. O atual cenário reflete ameaça de desmonte das conquistas. “Estamos nos movimentando por todo o estado dialogando com a categoria dos/as trabalhadores/as, nos colocando à disposição para o enfrentamento, caso ocorram mais atentados aos direitos dos profissionais da educação”, informa o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

O dirigente ressalta que não tem ocorrido problemas com o pagamento da variável fixa da Lei nº 510/2013, mas é preciso que se faça a interpretação correta do que foi exigido. “O percentual fixo sozinho não garante o objetivo da Lei para que os trabalhadores da educação cheguem a dobra do poder de compra até 2023”.

Como ocorre no mês da data base, o Sintep/MT reitera o compromisso fundamental com a Educação Pública que além da valorização profissional exige as medidas que assegurem a qualidade socialmente referenciada da educação como a convocação dos aprovados no Concurso Público; aplicação dos 35% das receitas da educação; o funcionamento do Conselho Estadual do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); redimensionamento das matrículas com as redes municipais (conforme Lei de Diretrizes e Base da Educação); Cumprimento da Lei de Gestão Democrática (7040/98); além da regularização nos repasses do MT Prev (Previdência dos servidores públicos).

“Não podemos esquecer a PEC do Teto de Gastos que prevê a não realização de Concurso Público, cria problemas que direcionam a maioria das medidas para a contenção de gastos. Temos que nos manter vigilantes”, disse.

Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais



RESISTÊNCIA É A PALAVRA CHAVE PARA ASSEGURAR DIREITOS



SANTA TEREZINHA

A categoria tem feito a resistência contra as tentativas dos gestores cortarem direitos com o argumento de crise na economia e de ajuste às leis de cortes de investimentos, federal e estadual. A Lei do Teto de Gastos, que congelará os recursos sociais para os próximos 20 anos, já promove danos nas redes municipais.

Essa Lei articulada com outras medidas federais como a Reforma Trabalhista e da Terceirização têm conduzido à precarização do vínculo contratual e a privatização da Educação. “O objetivo do desmonte de direitos, quando se

desvincula os profissionais da carreira é acabar com a profissionalização. Com isso, aplicam a regra imposta por essas reformas: trabalhar horas a mais e ganhar a menos”, diz o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

“Precisamos nos apropriar das Leis que regulamentam os recursos da Educação – Fundeb, LDB, Constituição Federal e estadual - e fiscalizar a aplicação do dinheiro público. O histórico de ingerência e mau uso desses investimentos fornecem constatações suficientes para contrapor o executivo”, destaca Lopes.

O entendimento é de que com o cenário financeiro municipal às claras, a disputa passa a ser política, no sentido de defender projetos que viabilizem os direitos profissionais e a garantia da educação de qualidade. “O sucesso dependerá dos interesses das prefeituras em assegurar as melhorias para avançar na qualidade da educação pública e gratuita. Assim como, da luta da categoria em exigir a garantia de direitos”, disse.



GOVERNO TAQUES LAVA AS

O Sintep denuncia a transferência pela Seduc-MT da etapa do Ensino Fundamental para as redes municipais de ensino de Mato Grosso. A Lei 12.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos, foi implantada para assegurar a todos/as estudantes um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

O sindicato não concorda com a fragmentação do ensino fundamental e agora o governo estadual entrega essa etapa de ensino sobrecarregando as redes municipais que não suportam os impactos financeiros. Estimativas apontam que este ente fica com 18% do bolo da arrecadação e investe 39%. Nesse caso, desrespeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 10, que determina que o número de matrículas na Educação Básica deverá

EDUCADORES LUTAM PARA GARANTIR A CARREIRA PROFISSIONAL

Sinop, Guarantã do Norte, Pedra Preta, Brasnorte, Santa Terezinha, Colíder e Canabrava foram alguns dos municípios em que a categoria já fez o enfrentamento nas redes municipais para assegurar os Planos de Cargos Carreira e Salários (PCCS), e o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que em 2018, é de R\$ 2.455,35.

Em várias subsedes têm sido constatado inúmeras situações que contrariam o argumento dos gestores sobre falta de recursos. Na realidade o caixa da educação é subtraído ou sofre com o desvio de finalidade na aplicação dos recursos da educação.

“Há casos em que a Educação vira cabide de emprego e aí há excesso de contratos; em outros casos se paga profissionais estranhos ao quadro como nutricionistas, psicólogos. E, o que tem sido mais comum é a desresponsabilização do estado com estudantes do Ensino Fundamental, sobrecarregando a capacidade financeira dos municípios”, cita.

Os exemplos citados pelo presidente do Sintep/MT são alguns dos motivos pelos quais a folha da Educação das prefeituras não consegue cumprir os Planos de Cargos Carreiras e Salários (PCCS) e assegurar os reajustes salariais. “Esses são motivos alheios a nossa responsabilidade, cabe a nós, cobrarmos que o prefeito restabeleça a ordem, fiscalizarmos e exigirmos que a lei seja cumprida”, destaca.



RIBEIRÃO CASCALHEIRA



SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER



SINOP



PEDRA PRETA



SANTA TEREZINHA



COLÍDER



GUARANTÃ DO NORTE



CANABRAVA

MÃOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

ser distribuída de acordo com a capacidade financeira dos entes.

“As medidas economicistas da gestão Taques, justificada pelos cortes de investimentos com a Lei Estadual Emenda Constitucional nº 81, inspirada na EC nº 95, promovem o caos na educação, principalmente nas redes municipais, que sofre mais com as iniquidades na arrecadação, distribuição dos recursos e responsabili-

dades. Como se não bastasse, temos modelo de desenvolvimento que prioriza alguns municípios em detrimento de outros, há problemas com a não arrecadação da totalidade dos recursos que deveriam ir para os cofres públicos, além de desvios de finalidades, alerta a vice-presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza.

Jocilene ressalta que esses elementos mais “a desproporcionalidade no atendi-

mento de estudantes, comprometem a valorização profissional, que tem levado os municípios a rebaixar o piso salarial e a retirarem profissionais da carreira unificada. Prejudica investimentos em infraestrutura das escolas e impossibilita o atendimento prioritário da educação infantil, como determina a LDB, e devem orientar os Planos Municipais de Educação”, conclui.

MT Saúde é mais um rombo nos recursos dos cidadãos

Cerca de 5 mil profissionais da educação pública do estado atravessam um período de incertezas, ao lado de milhares de outros servidores do estado, e de toda sociedade que, indiretamente, investiram durante mais de uma década no Plano de Saúde MT Saúde.

“Após inúmeras inconsistências em sua execução, que surgem já na criação do plano em 2004, no governo Maggi, passando pelo Silval e culminando no governo Taques, com serviços precários que registram desde descredenciamento de hospitais até falta de especialistas, principalmente no interior, tudo leva a crer no encerramento das atividades da forma que está hoje, principalmente sem o aporte financeiro do estado”, aponta conselheiro estadual de Saúde, Orlando Francisco, representante do Sintep/MT pelo segmento usuário.



Para Orlando, a situação dessa tentativa equivocada de assistência médica ofertada de forma privada com administração pelo estado, conduz para mais uma situação de desrespeito com o dinheiro dos trabalhadores trabalhadoras, que optaram por serem usuários, bem como, descaso com dinheiro público. “O plano aplica recursos de todos para atendimento de poucos. Isso vai contra a Constituição. Os já escassos recursos que o governo destina à saúde devem ser investidos no SUS, que é para todos”, diz.

MT Prev Governo esconde dados e apresenta conta para servidores

O aumento da alíquota previdenciária, o percentual descontado dos salários e aposentadorias todos os meses, é um projeto que o governador Pedro Taques quer a todo custo aprovar. Sem demonstrar a prestação de contas completa do MT Prev com indícios do uso dos recursos da autarquia para outros fins o Governo ameaça obrigar os servidores a pagarem uma conta sem nem mesmo saber como é usado o recurso arrecadado.

Na reunião do Conselho da Previdência, realizada no dia 13 de março, com a participação do representante do Sintep/MT, Orlando Francisco, novamente foram apresentados dados superficiais sem explicações sobre como o recurso é gasto, e sobre a origem do rombo ou déficit do MT Prev. Foi definido na reunião que um grupo (que inclui o representante dos servidores do Executivo) irá analisar as contas mais a fundo, para entender a atual situação da autarquia e também o impacto nas contas da Previdência Estadual.

Caso o aumento seja aprovado, para quem ganha o piso de R\$ 2.474,49 (cálculo com o piso de 2017) o desconto previdenciário passaria de R\$ 272,19 para R\$ 346,42, um aumento de R\$ 72,23. Em um ano, os servidores terão gasto R\$ 866,76 a mais, sem que o déficit apresentado pelo Governo (que seria de cerca de R\$ 900 milhões por ano) seja resolvido. Segundo a proposta do Executivo, aumentando a alíquota e utilizando uma previdência complementar (para quem quiser uma aposentadoria maior que o teto do INSS de R\$ 5.626) em 75 anos, o suposto rombo da Previdência seria reduzido em 15%.

“Não há transparência nas contas do MT Prev e ainda assim querem penalizar os servidores. Não sabemos o quanto realmente é pago em aposentadorias e pensões, o que é gasto com manutenção da autarquia. O Fórum Sindical pediu uma auditoria no MT Prev e vamos contratar uma empresa para fazer esse diagnóstico que o Governo tanto fala, mas que nunca fez”, informa o secretário de Finanças do Sintep/MT e um dos representantes do Sindicato no Fórum Sindical, Orlando Francisco.



Militarização de escolas é uma privatização não declarada



Mais uma vez o governador Taques gasta recursos públicos para anunciar a duplicação do número de escolas militares em MT ainda em 2018. Isto significa que teremos não somente a intervenção disciplinar militar, mas também o gerencialismo e outras relações advindas da presença de militares nas escolas, enquanto a Segurança Pública em nosso estado vem se tornando refém dos "salves" de facções criminosas, a exemplo do que se noticia na região metropolitana de Cuiabá.

A política que entrega a gestão de escolas públicas à Polícia Militar é vista pelo Sintep/MT como mais uma tentativa do Governo Taques de privatizar o Ensino Público. Há muito intelectuais e pesquisadores nacionais e internacionais fazem o alerta sobre a falácia da militarização como solução para a violência e para a qualidade da educação. O modelo, que já foi praticado em outros lugares do país, não

resultou em mudanças significativas, segundo avaliações do Observatório da Violência em Escolas do Brasil.

O secretário de Políticas Educacionais da CNTE e dirigente do Sintep/MT, Gilmar Soares, cita que não se combate à violência na escola apenas com um ambiente mais limpo, exigindo continência, controlando a linguagem dos jovens, uniformes e cortes de cabelo padronizados. "Na verdade essa tentativa de padronização fere os princípios constitucionais da escola pública, gratuita, democrática, plural nas ideias e concepções pedagógicas, que defende a igualdade de condições de acesso e permanência", lembra.

Nos princípios constitucionais para a educação, além da gestão democrática destaca-se a necessidade das escolas públicas serem públicas e gratuitas. No entanto, não é o que acontece nas escolas militares, onde os uniformes de preços consideráveis são

obrigatoriamente comprados pelos/as estudantes. Além desta questão, tem também a cobrança de taxas de inscrição para concorrer a uma vaga através de processo seletivo. "Determinar a cobrança de taxas em escolas públicas é contra a concepção de gratuidade é uma ameaça a um direito constitucional de acesso a todos e todas", afirma Soares.

A escola militar destituiu diretores eleitos pela comunidade escolar para ser administrada por policiais. "Como uma escola seletiva, que escolhe os/as estudantes que vão estudar nela, é óbvio que em resultados melhores que as demais, pois estas aceitam a todos, independente do grau de conhecimento e das possibilidades financeiras. Se todas as unidades públicas e gratuitas recebessem as condições diferenciadas da escola militar, com certeza os resultados da educação seriam diferentes.

Nova BNCC mutila o conhecimento

Qual a importância da educação escolar? O que é o conhecimento? Para o Ministério da Educação (MEC) cabe a escola minimamente atender necessidades básicas do mercado de trabalho com currículo restrito a conteúdos disciplinares homogeneizantes. Com esse objetivo homologou em dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um Documento que padroniza para todo o país os conhecimentos que crianças e adolescentes devem ter, sob a alegação de democratizá-lo.

A partir do documento, todas as escolas públicas do país - da educação infantil ao ensino fundamental - deverão observar o mesmo "receituário": a formação de habilidades e competências. Crianças do extremo sul do país terão a mesma formação daquelas que vivem na região das águas, no Amazonas, por exemplo. "Essa é a forma democrática de pensar a

educação do governo ilegítimo de Michel Temer. Como atenderemos a diversidade, a inclusão?", destaca a secretária adjunta de Políticas Educacionais do Sintep/MT. Maria Luiza B. Zanirato.

O objetivo na realidade não é buscar a formação e a valorização do potencial de cada ser humano. O foco é enquadrar os estudantes para responderem os testes de avaliações padronizados. "Eles precisarão apenas o mínimo de entendimento para executar tarefas exigidas pelo mercado de trabalho e para isso não é preciso pensar, apenas aplicar conhecimentos", antecipou. Segundo análise divulgadas por educadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a nova BNCC só atingirá a educação infantil e o Ensino Fundamental, porque a Reforma do Ensino Médio já traz embutida nas suas regras o papel alienante para a última etapa da Educação Básica. "O governo definiu na reforma o tipo de

conhecimento que o jovens estudantes do EM deverão ter para enfrentar o mercado de trabalho, ao mesmo tempo limitou a chance de concorrerem ao Ensino Superior", relata Maria Luiza.

A fórmula da BNCC atinge ainda as Licenciaturas, mesmo não tendo como interferir na autonomia curricular das faculdades, apresenta amarrações por meio de programa de extensão financiados pelo governo. Apresenta conteúdos vinculados à doutrina BNCC para o futuro profissional. "Ele limita o fazer pedagógico retirando a autonomia do professor, assim como já faz ao permitir a figura de notório saber substituindo os profissionais licenciados. Todos esses formatos criados pelas políticas do MEC tem como objetivo a privatização do ensino, por meio da compra de cursos apostilados, quebra dos direitos da carreira e minimização do trabalho docente. A este cabe apenas planejar e executar o conteúdo da BNCC".

Bem-vindos/as à carreira dos/as servidores/as da Educação Pública de MT



O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) dá as boas-vindas aos novos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, que assumem uma cadeira como servidor/a no Estado, após um disputado Concurso Público.

“Os companheiros e companheiras que agora chegam à carreira, devem ter em mente que os desafios enfrentados para conquistarem a tão sonhada vaga no serviço público, foi

tão difícil quanto a luta da categoria para assegurar o direito constitucional para a realização do mesmo”, lembra o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

Lopes faz questão de destacar aos novos concursados/as que de agora em diante os mesmos têm um compromisso com a população do estado, pela garantia da busca permanente de uma educação com qualidade socialmente referenciada para todos e todas.

O Sintep/MT, nos seus quase 53 anos de luta, tem uma história fundamental nas conquistas profissionais que ora estão em vigor. São elas, a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (Lopeb), conquistada após uma greve na década de 90, em que os profissionais ocuparam a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) durante nove dias. Por meio dela, os/as trabalhadores e trabalhadoras da educação asseguraram a carreira única, o piso salarial, a jornada de 30 horas, hora atividade, e muitos outros avanços, só consolidados até então em Mato Grosso.

Lopes lembra que as ameaças de retrocesso são permanentes, em especial no atual momento político do país e de Mato Grosso. “Enfrentamos hoje a tentativa de ampliação da jornada para 40 horas, reduzindo salário; a terceirização das escolas públicas e gratuitas; o desmonte da Lei nº 510/2013, que assegura aproximação salarial com as demais carreiras do executivo de mesmo nível, entre outros. Conheçam as nossas lutas e venham defendê-las. Juntos somos fortes”.



ELEIÇÕES DO SINTEP/MT TRIÊNIO 2018 - 2021

O Sintep/MT inicia mais uma campanha eleitoral para a escolha da nova diretoria no triênio 2018/2021. Na eleição que ocorrerá dia 15 de junho serão escolhidos os futuros presidentes de subseções, diretores regionais e toda a diretoria central. Poderão votar profissionais da educação quites com as obrigações estatutárias e filiados ao sindicato até o dia 15 de abril.

O regulamento das eleições do Sintep/MT estão publicados no site do sindicato, no endereço eletrônico www.sintep2.org.br. O processo já está em andamento, e foi iniciado com a definição da Comissão Eleitoral durante o Conselho de Representantes, do dia 3 e 4 de março. Os diretores das subseções devem convocar a Assembleia Geral ou Conselho de Representantes das Unidades Escolares para eleger a Comissão Eleitoral Local, até a data de 30 de abril de 2018. As inscrições das chapas estarão abertas nos dias 15 e 16 de maio.

